Sínodo da Amazônia (VI)

**NOVOS CAMINHOS DE CONVERSÃO ECOLÓGICA**

**A dimensão socioambiental da evangelização**



Agenor Brighenti

O Capítulo IV do Documento Final do Sínodo da Amazônia propõe “novos caminhos para uma conversão ecológica”, dada a atual “crise socioambiental sem precedentes”. O bioma amazônico “está ameaçado de desaparição, com tremendas consequências para nosso planeta”. A única saída é promover uma ecologia integral, que promova “um modelo de desenvolvimento justo e solidário”, em que temos muito que aprender “de nossos irmãos e irmãs dos povos originários” (n. 65).

*Conversão urgente antes que seja tarde demais*

O Documento adverte que “é urgente enfrentar a exploração ilimitada da casa comum e dos seus habitantes”. Uma das principais causas de destruição na Amazônia “é a atividade extrativa predatória, que responde à lógica da ganância, típica do paradigma tecnocrático dominante” (*LS* 101). Fator agravante é que “a depredação do território vem acompanhada do derramamento de sangue inocente e da criminalização dos defensores da Amazônia” (n. 67). Nos últimos anos, “os direitos humanos das comunidades têm sido impactados por normas, políticas públicas e práticas voltadas principalmente para a ampliação das fronteiras extrativistas de recursos naturais e para o desenvolvimento de megaprojetos de infraestrutura, que exercem pressão sobre os territórios ancestrais indígenas” (n. 69).

Adverte o Sínodo que “diante da situação premente do planeta e da Amazônia, a ecologia integral não é um caminho a mais que a Igreja pode eleger para o futuro neste território, é o único caminho possível, pois não há outro caminho viável para salvar a região” (n. 67). A ecologia integral é um novo paradigma de justiça, “uma vez que uma verdadeira abordagem ecológica torna-se sempre uma abordagem social, que deve integrar a justiça nas discussões sobre o ambiente, para escutar tanto *o grito da terra como o grito dos pobres*" (*LS* 49) (n. 66).O fundamento do novo paradigma está no fato “de que tudo está intimamente relacionado (*LS* 16). Ecologia e a justiça social estão intrinsecamente unidas” (cf. *LS* 137), pois “conecta o exercício do cuidado da natureza com o exercício da justiça pelos mais empobrecidos e desfavorecidos da terra” (n. 66).

*A dimensão socioambiental da evangelização*

Lembra o Documento que o cuidado com a “Casa Comum” tem a ver com a missão da Igreja, com sua missão evangelizadora, deriva de um mandato bíblico: “Deus nos deu a terra como um dom e como tarefa, para cuidá-la e responder por ela; nós não somos seus donos” (n. 66). A crise ecológica atual atesta que a relação do ser humano com a natureza, de "amigável", passou para “uma atitude voraz e predatória, que tende explorar a natureza até o esgotamento de todos os recursos naturais disponíveis”. Subjacente está "o paradigma tecnocrático tende a dominar a economia e a política" (*LS* 109) (n. 71). Como se constata, “muitas atividades econômicas, como a mineração em larga escala, particularmente a mineração ilegal, diminuem substancialmente o valor da vida na Amazônia”, pois “atentam contra a vida dos povos e os bens comuns do planeta, concentrando o poder econômico e político nas mãos de poucos”. Fator agravante, é que “muitos desses projetos destrutivos são realizados em nome do progresso, e são apoiados - ou permitidos - por governos locais, nacionais e estrangeiros” (n. 72).

À luz da fé cristã, esta situação constitui “um pecado ecológico, uma ação ou omissão contra Deus, contra o próximo, a comunidade e o meio ambiente. É um pecado contra as gerações futuras”, pois transgrede “os princípios da interdependência” e rompe “as redes de solidariedade entre as criaturas e a virtude da justiça” (n. 82). Evidente que “os protagonistas do cuidado, proteção e defesa dos direitos dos povos e dos direitos da natureza nesta região são as próprias comunidades amazônicas”. Elas querem “que a Igreja as acompanhe, caminhe com elas”, mas que “não lhes imponha um modo particular de ser, um modo específico de desenvolvimento, que pouco tem a ver com as suas culturas, tradições e espiritualidades. Elas sabem como cuidar da Amazônia, como amá-la e protegê-la” (n. 74). Os povos amazônicos são portadores de uma profunda “sabedoria sobre a biodiversidade, uma sabedoria tradicional, que é um processo vivo e sempre em processo”. E contra toda forma de biopirataria, a Igreja deve “ajudar a preservar e manter estes conhecimentos, bem como as inovações e práticas das populações” (n. 76). Papel importante da Igreja é “acompanhar os povos amazônicos no registro, sistematização e difusão de dados e informações sobre seus territórios”, em especial a situação jurídica relativa à demarcação de suas terras (n. 78). Neste particular, é importante a Igreja “criar ministérios para o cuidado da casa comum na Amazônia”, junto às comunidades indígenas (n. 79).

*Implementar novos modelos de desenvolvimento*

A Igreja precisa contribuir para o reconhecimento do “papel central do bioma amazônico para o equilíbrio do clima do planeta” e “animar a comunidade internacional dispor de novos recursos econômicos para sua proteção e a promoção de um modelo de desenvolvimento justo e solidário”. Neste processo, deve haver “o protagonismo e a participação direta das comunidades locais e dos povos originários em todas as fases, desde planejamento até sua implementação” (n. 68). Para isso, todos, também a Igreja precisa “desaprender, aprender e reaprender, a fim de superar qualquer tendência a modelos colonizadores que tem causado danos no passado”. Infelizmente, o neocolonialismo está “está presente em nossas decisões cotidianas e no modelo de desenvolvimento predominante, que se expressa no crescente modelo agrícola de monocultura”, nos meios de transporte e no modelo de bem-estar a partir do consumo, com implicações diretas e indiretas na Amazônia (n. 81).

É urgente “adotar hábitos responsáveis, que respeitem e valorizem os povos da Amazônia, suas tradições e sabedoria, protegendo a natureza e mudando nossa cultura de consumo excessivo, a produção de resíduos sólidos, estimulando o reaproveitamento e a reciclagem”. Urge “reduzir a nossa dependência dos combustíveis fósseis e uso de plásticos”, bem como mudar “nossos hábitos alimentares (consumo excessivo de carne e peixe/mariscos)”, adotando “estilos de vida mais sóbrios”. É preciso “comprometer-se ativamente no plantio de árvores, buscando alternativas sustentáveis na agricultura, bem como energia e mobilidade que respeitem os direitos da natureza e os povos”. Tarefa importante é “promover a educação para ecologia integral em todos os níveis, implementando novos modelos econômicos e iniciativas que promovam uma qualidade de vida sustentável” (n. 84). Como forma de reparar a dívida ecológica que os países têm para com a Amazônia, o Sínodo propõe “a criação de um fundo mundial para cobrir parte dos custos das comunidades presentes na Amazônia”, na promoção de um “desenvolvimento integral e autossustentável”, protegendo-as “da avidez predatória na extração de seus recursos naturais, através de empresas nacionais e multinacionais” (n. 83).